



# NOTA TÉCNICA

Nota Técnica do Projeto Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 003/2014 – DIEESE / SICONV nº 811485/2014

Junho de 2016

## Juventude: Análise de Indicadores Selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015

**Presidente da República**

Michel Temer

**Ministro do Trabalho**

Ronaldo Nogueira

**Secretário de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)**

Leonardo José Arantes

**Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes)**

Natalino Oldakoski

**Secretário de Relações do Trabalho (SRT)**

Carlos Cavalcante de Lacerda

**Ministério do Trabalho**

SPPE - Esplanada dos Ministérios - Bl. F Sede

3º andar - Sala 300 - Tel.: 61 2031-6264

Senaes - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

3º andar - Sala 331 - Tel.: 61 2031-6533/6534

SRT - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

4º andar - Sala 449 - Brasília - DF

Tel.: 61 2031-6651/6068

**DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos****Escritório Nacional: rua Aurora, 957 - Centro - São Paulo - CEP 01209-001****Tel.: 11 3874-5366 - 3821-2199 - [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)****Presidente:** Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP**Vice-presidente:** Luis Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP**Secretário Executivo:** Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP**Diretor Executivo:** Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR**Diretor Executivo:** Alex Sandro Ferreira da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP**Diretor Executivo:** Bernardino Jesus de Brito - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP**Diretor Executivo:** Carlos Donizeti França de Oliveira - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP**Diretora Executiva:** Cibele Granito Santana - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP**Diretora Executiva:** Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS**Diretora Executiva:** Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE**Diretor Executivo:** Nelsi Rodrigues da Silva - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP**Diretor Executivo:** Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA**Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas****Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP****Direção Técnica****Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio | Coordenadora executiva:** Patrícia Pelatieri | Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas | **Coordenador de educação:** Nelson de Chueri Karam |**Coordenador de relações sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira | **Coordenador de atendimento técnico sindical:** Airton Santos | **Coordenadora de estudos e desenvolvimento:** Angela Maria Schwengber**Equipe técnica**

Gustavo Plínio Paranhos Monteiro | Pedro dos Santos Bezerra Neto | Fernando Adura Martins |

Guilherme Silva Araújo | Rodrigo Fernandes Silva | Gustavo Sawaya Amaral Gurgel | Laender Valério

Batista | Paulo Jager | Vinícius Bredariol | Thomas Gomes Cohen (auxiliar técnico) | Edgard Rodrigues

Fusaro |

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou um conjunto de transformações que repercutiram sobre as relações de trabalho dos jovens brasileiros. Motivadas por mudanças de ordem demográfica, econômica e do arcabouço legal de proteção à criança e ao adolescente, permitiram aos jovens dedicar maior tempo aos estudos e postergar sua entrada no mercado de trabalho. Dada a correlação positiva entre remuneração, estabilidade no emprego e escolaridade, espera-se que esses jovens possam exercer ocupações mais estáveis e com melhores remunerações que as de seus pais quando entrarem no mercado de trabalho. Para melhor compreender o efeito dessas mudanças, é preciso discorrer sobre as características de trabalho dos jovens e dos postos que eles acessam.

A decisão dos jovens de ingressar no mercado de trabalho é tomada a partir da mediação entre os interesses da família - que depende dos recursos disponíveis e dos valores culturais que influenciam a percepção sobre a importância da escola e do trabalho como elemento da formação dos filhos - e a decisão individual, influenciada pela atração que o mercado de trabalho exerce sobre o jovem, devido à independência proporcionada, especialmente, pelo salário (GOMES, 1993). Aspectos como local de domicílio, o número de componentes da família, a situação de maternidade/paternidade do jovem, a renda familiar, o nível de escolaridade dos pais e outros responsáveis, o acesso a bens culturais (cinemas, teatros, literatura), entre outros, correspondem a fatores em grande medida observáveis e que podem ajudar a compreender as razões que levam o jovem a buscar um trabalho (OLIVEIRA et al., 2006).

Em relação à demanda por trabalho dos jovens pesa o menor custo da mão de obra, o menor grau de organização e seu baixo poder de reivindicação (CACCIAMALI e BRAGA, 2003). Transformações da ordem tecnológica e da conjuntura, na medida em que podem ampliar ou reduzir o peso das ocupações não formalizadas, podem também ampliar ou reduzir a demanda pelo trabalho dos jovens.

Embora seja desejável ampliar a trajetória escolar, compreende-se que seu fim deveria resultar na melhor transição do jovem entre a escola e o mercado de trabalho. No entanto, essa não tem sido a característica predominante no Brasil, onde as condições de acesso à escola e de inserção no mercado de trabalho variam conforme sexo, cor, local em que vivem e perfil socioeconômico da família (DIEESE, 2005). No mercado de trabalho, os jovens estão sujeitos a taxas mais elevadas de desemprego, de informalidade, a menores rendimentos e a ocupar postos de trabalho com taxas de rotatividade mais elevadas quando comparados aos adultos.

Diante da necessidade de garantir a melhor transição entre escola e trabalho, instituiu-se um conjunto de políticas públicas orientadas para a maior permanência dos jovens na escola e pela criação de condições que facilitem a transição para o mundo do trabalho. O objetivo dessas políticas deve estar de acordo com as quatro prioridades da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), a saber: (1) mais e melhor educação; (2) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; (3) inserção ativa e digna no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e de tratamento e (4) diálogo social (juventude, trabalho e educação). A formulação e execução dessas iniciativas estarão a cargo da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), criada em 2005.

Entre as iniciativas a cargo da SNJ, destacam-se dois programas: o ProJovem Trabalhador e a Aprendizagem Profissional. O ProJovem Trabalhador é um programa federal voltado para jovens desempregados com idade entre 18 e 29 anos e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo. O objetivo é qualificar os jovens para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Os participantes recebem uma bolsa auxílio de R\$ 100 mediante comprovação de frequência a algum dos cursos de qualificação oferecidos. Atualmente, está vigente apenas a ação Juventude Cidadã, em parceria com estados e municípios, que se comprometem a inserir pelo menos 30% dos jovens qualificados no mundo do trabalho.

A Aprendizagem Profissional, definida pela Lei nº 10.097/2000, tem como objetivo promover a qualificação e o ingresso dos jovens e adolescentes no mercado de trabalho, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)<sup>1</sup>. Essa política é direcionada aos jovens de 14 a 24 anos de idade e às pessoas com deficiência que estejam matriculadas em cursos de aprendizagem profissional (BRASIL, 2000). Os estabelecimentos com sete empregados ou mais são obrigados por lei a contratar aprendizes e a remunerá-los conforme o salário mínimo-hora pelo tempo dedicado ao trabalho e às horas destinadas às aulas teóricas.

Esta nota técnica contém, além desta introdução e das considerações finais, outras três seções. A primeira apresenta informações sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A segunda contém os dados sobre trabalho, educação e aspectos familiares da população jovem. A terceira seção trata das informações sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e renda destinadas aos jovens.

As informações analisadas nesta Nota Técnica provêm da publicação “Anuário da Juventude”, parte integrante do convênio “Desenvolvimento de

---

<sup>1</sup> O artigo 403 da CLT proíbe “qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos”.

Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda” desenvolvido em parceria entre o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com o Ministério do Trabalho (MTb) e financiado com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O período da análise busca atualizar as informações trabalhadas nos convênios anteriores (2007 a 2011) e limita-se aos dados disponíveis até o momento da publicação do Anuário.

## INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

A população brasileira passa por um período dinâmico de transição demográfica. O aumento na esperança de vida ao nascer dos habitantes, associada à combinação de taxas de fecundidade e de mortalidade em declínio, fez com que houvesse crescimento da proporção de adultos e idosos na população total, o que resultou em envelhecimento da distribuição etária da população (DIEESE, 2013). Ao mesmo tempo, a quantidade de jovens, em termos absolutos, diminuiu nos anos recentes. Entre 2009 e 2014, a estimativa do número de jovens entre 14 e 29 anos caiu de 54,1 milhões para 52,5 milhões, o que significou uma queda de 2,9%. Porém, é interessante notar que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), enquanto a população de jovens que se declararam como brancos recuou 10,2%, no mesmo período o número de jovens autodeclarados negros cresceu 3,6% (Tabela 1).

**TABELA 1**  
Estimativa da população de 14 a 29 anos de idade, segundo sexo e cor/raça  
Brasil - 2009 e 2014 (em 1.000 pessoas)

Faixa etária	Mulheres negras	Mulheres não negras	Homens negros	Homens não negros	Total <sup>(1)</sup>
<b>2009</b>					
<b>14 a 17 anos</b>	3.849	3.132	4.115	3.067	14.166
<b>18 a 24 anos</b>	5.995	5.621	6.294	5.357	23.275
<b>25 a 29 anos</b>	4.346	4.152	4.325	3.825	16.653
<b>Total</b>	<b>14.190</b>	<b>12.905</b>	<b>14.734</b>	<b>12.249</b>	<b>54.094</b>
<b>2014</b>					
<b>14 a 17 anos</b>	3.991	2.908	4.385	2.839	14.123
<b>18 a 24 anos</b>	6.279	5.051	6.550	4.802	22.682
<b>25 a 29 anos</b>	4.422	3.600	4.330	3.382	15.733
<b>Total</b>	<b>14.691</b>	<b>11.559</b>	<b>15.266</b>	<b>11.022</b>	<b>52.538</b>

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O total inclui os sem declaração de cor

Obs.: Negros = pretos e pardos; não negros: brancos, amarelos e indígenas

O número de jovens na população economicamente ativa (PEA) caiu em ritmo mais intenso do que a queda observada para a população total de jovens. Desse modo, a taxa de participação entre os jovens, que corresponde à proporção de indivíduos jovens que trabalham ou procuram trabalho, passou de 66,0% para 62,8%, entre 2009 e 2014. Tal movimento pode ser explicado pelo crescimento da população jovem que se dedica aos estudos ou a outras atividades em detrimento ao trabalho (Tabela 2).

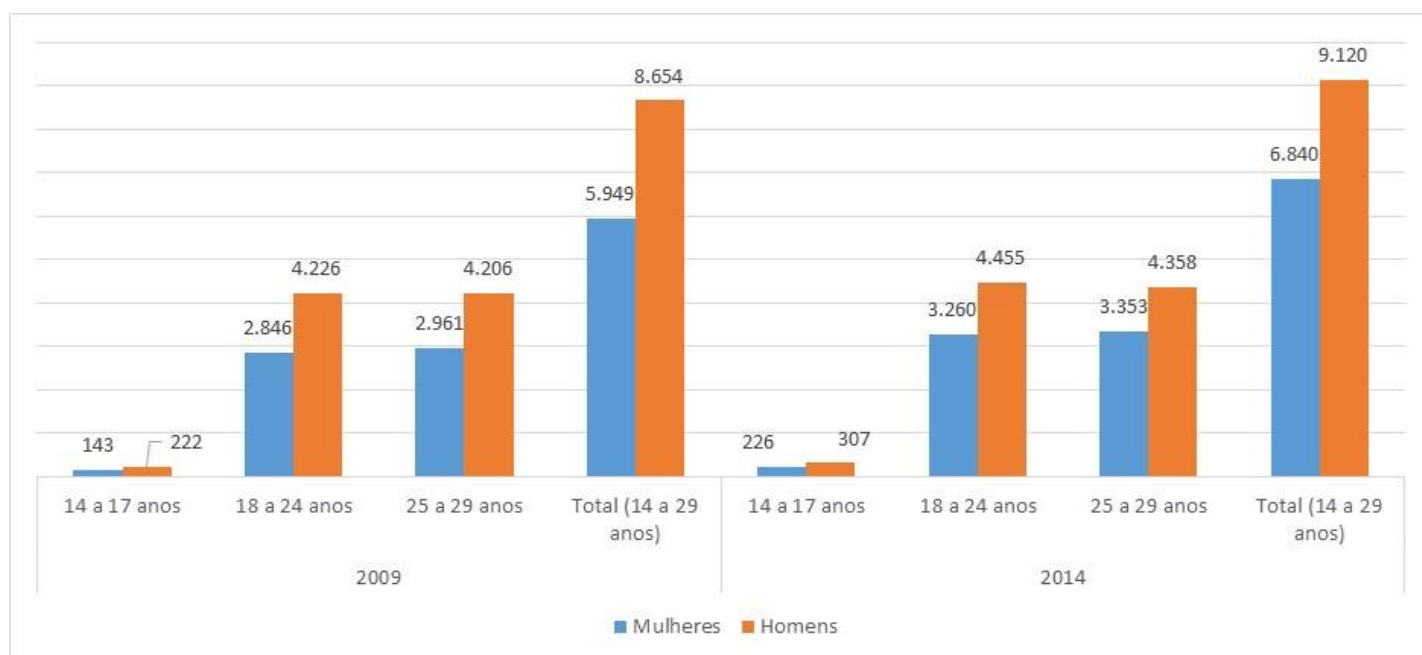
**TABELA 2**  
Estimativa da população de 14 a 29 anos por condição de atividade e ocupação  
Brasil - 2009 e 2014 (em 1.000 pessoas)

Condição de atividade e ocupação	2009				2014			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
População de 14 anos ou mais	14.166	23.275	16.653	54.094	14.123	22.682	15.733	52.538
População Economicamente Ativa (PEA)	4.378	17.407	13.932	35.716	3.710	16.325	12.978	33.013
Ocupados	3.388	14.521	12.546	30.455	2.778	13.841	11.895	28.513
Desocupados	990	2.886	1.386	5.262	933	2.484	1.083	4.500
Inativos	9.788	5.868	2.721	18.378	10.413	6.357	2.756	19.525
Taxa de participação (PEA/PIA) x 100	30,9	74,8	83,7	66,0	26,3	72,0	82,5	62,8
Taxa de desocupação (desocupados/PEA) x 100	22,6	16,6	9,9	14,7	25,1	15,2	8,3	13,6

Fonte: IBGE. Pnad  
Elaboração: DIEESE

No que diz respeito à distribuição do número de empregos formais por faixa etária, observa-se que aqueles referentes aos jovens de 14 a 17 anos cresceu 46,3%, no período 2009-2014. Contudo, a reduzida participação dos vínculos de jovens de 14 a 17 anos (cerca de 3% do total dos vínculos de jovens) torna essa elevação pouco significativa. A legislação trabalhista em vigor impõe barreiras à contratação de pessoas menores de 16 anos com vistas a protegê-las de atividades de trabalho insalubres e prejudiciais à formação individual. Em relação aos demais grupos, ambos registraram crescimento: o número de vínculos dos jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos aumentou 9,1% e 7,6%, respectivamente. Entre as mulheres, o crescimento foi mais acelerado (15,0%), o que lhes permitiu representar 42,9% dos vínculos formais em 2014 (Gráfico 1).

**GRÁFICO 1**  
**Número de empregos formais<sup>(1)</sup> de jovens de 14 a 29 anos, segundo sexo**  
**Brasil - 2009 e 2014 (em 1.000 vínculos)**



Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Refere-se aos vínculos ativos em 31/12 de cada ano

No período considerado, a característica das ocupações destinadas aos jovens revela questões importantes. O primeiro ponto a se destacar é o peso do emprego formal, que cresceu 6,9 p.p. e representou metade dos ocupados de 14 a 29 anos em 2014. Esse movimento pode ser uma resposta às quedas da proporção de empregados sem carteira (-2,1 p.p.), dos trabalhadores domésticos sem carteira (-2,2 p.p.), dos ocupados não remunerados (-2,4 p.p.), embora o número de ocupados dessas faixas tenham se reduzido. Por outro lado, nota-se um perfil distinto quando se observa as ocupações características dos jovens de 14 a 17 anos em relação aos demais jovens. Enquanto as demais categorias apresentam um perfil similar ao descrito acima, a população de 14 a 17 anos está sujeita a ocupações não regulamentadas e, portanto, às margens da fiscalização dos órgãos públicos competentes (Tabela 3).



**TABELA 3**  
**Distribuição dos ocupados de 14 a 29 anos por posição na ocupação**  
**Brasil - 2009 e 2014 (em %)**

Posição na ocupação	2009				2014			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Empregados com carteira	6,2	47,0	49,4	43,5	18,2	53,7	54,1	50,4
Militares e estatutários	(1)	2,7	5,4	3,5	(1)	2,7	5,0	3,4
Empregados sem carteira	46,2	27,0	17,6	25,3	43,7	24,6	16,6	23,2
Trabalhadores domésticos com carteira	(1)	0,8	1,7	1,1	(2)	0,6	1,0	0,7
Trabalhadores domésticos sem carteira	9,0	4,7	4,8	5,2	5,2	2,7	2,8	3,0
Conta própria	7,4	9,1	13,5	10,7	7,1	9,0	14,7	11,2
Empregadores	(2)	0,9	2,7	1,6	(2)	0,7	2,1	1,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6,4	2,1	2,0	2,5	8,3	2,3	1,9	2,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	(2)	(2)	0,1	0,4	0,1	0,1	0,1
Não remunerados	24,5	5,7	2,9	6,6	17,1	3,6	1,8	4,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total (em 1.000 pessoas)</b>	<b>3.388</b>	<b>14.521</b>	<b>12.546</b>	<b>30.455</b>	<b>2.778</b>	<b>13.841</b>	<b>11.895</b>	<b>28.513</b>

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não há registro dos casos

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Considerando o total dos ocupados, ou seja, os trabalhadores em empregos formais e informais, os três setores de atividade em que os trabalhadores jovens mais se concentram são, pela ordem: Comércio e reparação, Indústria e Agrícola (Tabela 4). Em 2014, quase metade dos jovens entre 14 e 29 anos estava ocupada em pelo menos um desses três grupamentos de atividade. As ocupações no setor agrícola são mais frequentes entre os trabalhadores de 14 a 17 anos, apesar da queda de participação observada no período – de 28,7% para 24,5% entre 2009 e 2014, ou 4,2 p.p. Por outro lado, como era de se esperar, o número de jovens em ocupações que requerem maior escolaridade tende a se elevar na medida em que a idade cresce. Tornam-se mais frequentes jovens de 25 a 29 anos que exercem ocupações nos setores “Educação, saúde e serviços sociais” e “Administração pública” (Tabela 4).

**TABELA 4**  
**Distribuição dos ocupados de 14 a 29 anos por grupamentos de atividade do trabalho principal Brasil 2009 e 2014 (em %)**

Grupamentos de atividade	2009				2014			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Agrícola	28,7	13,1	11,4	14,2	24,5	9,9	9,3	11,1
Indústria	10,8	17,3	17,1	16,5	11,5	15,4	15,3	15,0
Outras atividades industriais	(1)	0,7	0,9	0,7	0,4	0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	10,6	16,6	16,2	15,7	11,1	14,6	14,5	14,2
Construção	6,2	6,8	6,5	6,6	7,7	9,1	9,0	8,9
Comércio e reparação	23,1	24,0	20,1	22,3	25,8	25,9	20,7	23,7
Alojamento e alimentação	5,4	4,6	3,6	4,3	7,9	5,6	4,4	5,3
Transporte, armazenagem e comunicação	2,2	4,0	5,1	4,2	1,9	4,2	5,5	4,5
Administração pública	1,3	3,6	4,6	3,7	1,8	3,9	4,5	3,9
Educação, saúde e serviços sociais	3,2	7,2	10,3	8,0	3,6	7,6	11,2	8,7
Serviços domésticos	9,0	5,5	6,5	6,3	5,3	3,3	3,8	3,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,6	4,5	4,5	4,5	4,7	4,6	5,0	4,8
Outras atividades	5,1	9,2	10,0	9,1	5,3	10,5	11,3	10,3
Atividades mal definidas	0,3	0,2	0,2	0,2	(1)	0,1	(1)	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total (em 1.000 pessoas)</b>	<b>3.388</b>	<b>14.521</b>	<b>12.546</b>	<b>30.455</b>	<b>2.778</b>	<b>13.841</b>	<b>11.895</b>	<b>28.513</b>

Fonte: IBGE. Pnad  
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Segundo dados da Pnad, entre 2009 e 2014, o rendimento mensal real aumentou 23,8% para as mulheres e 19,0% para os homens, o que contribuiu para a redução das diferenças de rendimento entre os gêneros. No que diz respeito ao rendimento médio por hora trabalhada, a distância entre homens e mulheres é menor que a mesma distância observada para o rendimento mensal em virtude da ocorrência de menores jornadas de trabalho entre as mulheres (Tabela 5).

**TABELA 5**  
**Rendimento mensal real e rendimento-hora real do trabalho principal dos jovens**  
**de 14 a 29 anos de idade, segundo sexo**  
**Brasil 2009 e 2014 (em R\$)**

Faixa etária	2009		2014	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
<b>Rendimento mensal</b>				
14 a 17 anos	344	434	492	567
18 a 24 anos	765	904	942	1.076
25 a 29 anos	1.073	1.367	1.314	1.606
<b>Total</b>	<b>866</b>	<b>1.058</b>	<b>1.073</b>	<b>1.259</b>
<b>Rendimento-hora</b>				
14 a 17 anos	3,1	3,2	4,7	4,9
18 a 24 anos	5,2	5,3	7,2	7,2
25 a 29 anos	7,3	7,9	9,7	12,2
<b>Total</b>	<b>6,0</b>	<b>6,2</b>	<b>8,1</b>	<b>9,2</b>

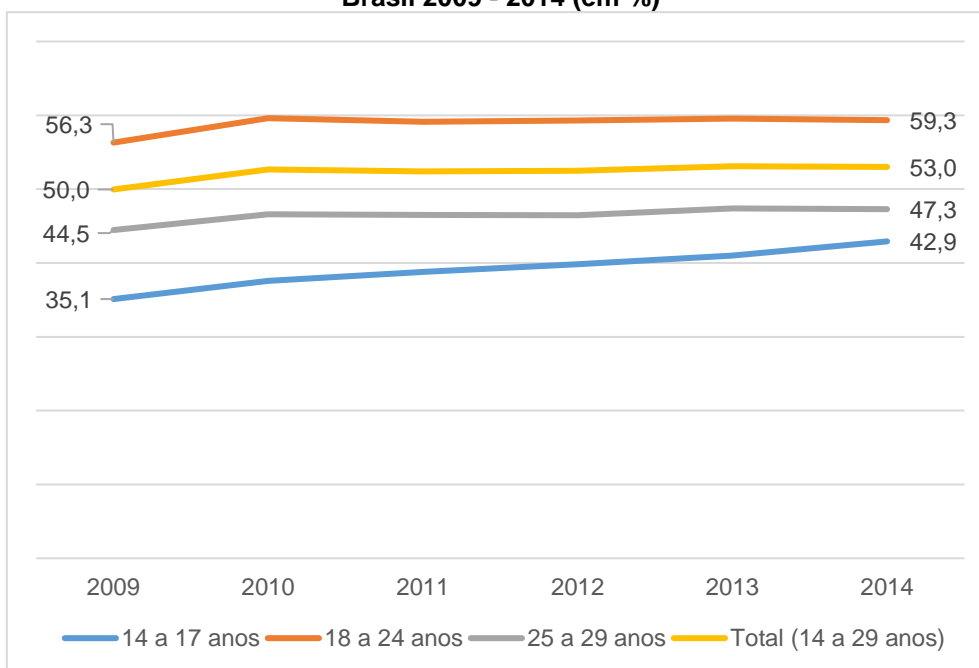
Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Rendimentos do trabalho principal das pessoas com rendimento, a preços do INPC/IBGE em set/2014

A evolução do emprego formal entre os jovens no período considerado foi acompanhada de uma elevação da rotatividade dos vínculos de emprego. A taxa de rotatividade no período cresceu três pontos percentuais entre 2009 e 2014, em resposta ao cenário mais favorável ao emprego formal. A medida da rotatividade pode estar associada à idade do trabalhador, haja visto que diminui quando a idade se eleva. A evolução do indicador para o grupo dos jovens de 14 a 17 anos, no entanto, não segue esse padrão e permanece em patamares inferiores aos dos demais grupos (Gráfico 2).

**GRÁFICO 2**  
**Taxa de rotatividade dos empregos formais de jovens de 14 a 29 anos**  
**Brasil 2009 - 2014 (em %)**



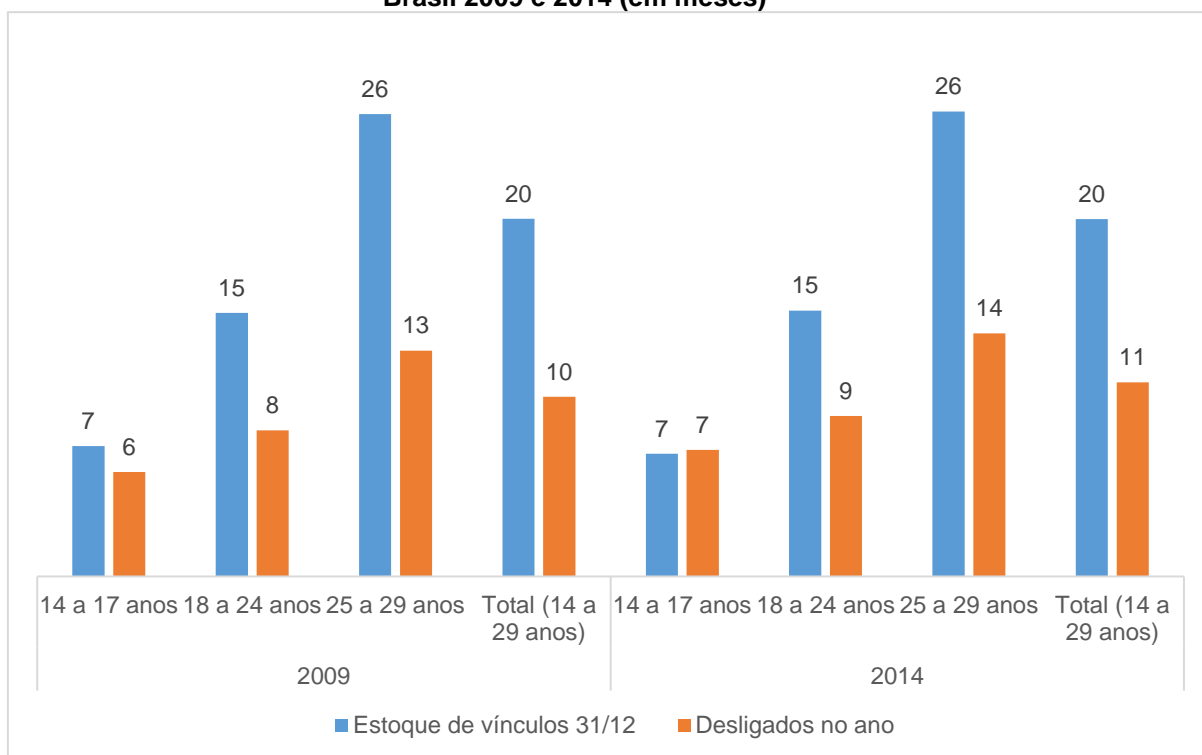
Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados referentes aos trabalhadores com vínculo empregatício com base na CLT

O crescimento da rotatividade não resultou em mudança significativa no tempo de permanência nos vínculos de emprego dos jovens entre 2009 e 2014. Para as pessoas de 14 a 29 anos que continuam ativas, o tempo médio de permanência observado manteve-se em 20 meses. Quanto aos desligados, o tempo de permanência passou de 10 meses, em 2009, para 11 meses, em 2014. Essa pequena variação ocorreu em resposta ao crescimento de um mês do tempo de permanência em todas as faixas etárias (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3**  
**Tempo médio de permanência dos jovens de 14 a 29 anos nos empregos formais**  
**Brasil 2009 e 2014 (em meses)**

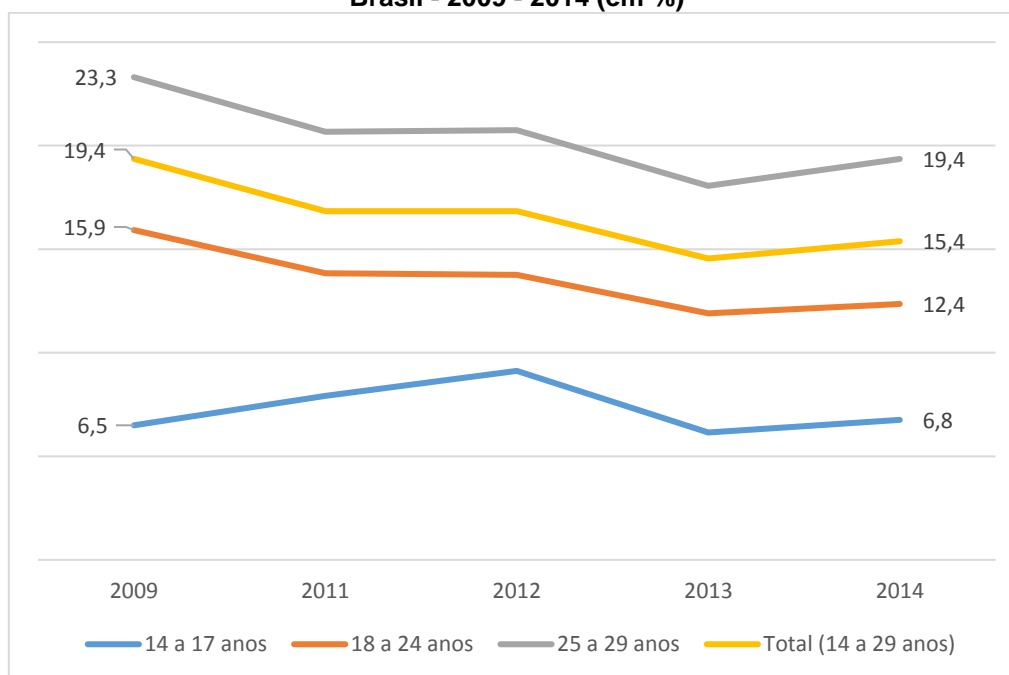


Fonte: MTb. Rais  
 Elaboração: DIEESE

Quanto à representação sindical, o percentual dos jovens associados a algum sindicato permaneceu inferior à proporção dos ocupados associados<sup>2</sup>, e diminuiu no período 2009-2014. Por outro lado, observa-se que a participação em sindicatos se eleva na medida em que a idade aumenta, dado que esse percentual é menor na faixa de 14 a 17 anos e atinge o maior valor entre os jovens de 25 a 29 anos (Gráfico 4).

<sup>2</sup> Em 2014, 22,2% dos assalariados com carteira estavam associados a sindicatos (Tabela 26 do LMT)

**GRÁFICO 4**  
**Proporção de empregados de 14 a 29 anos, com carteira de trabalho, associados a sindicatos**  
**Brasil - 2009 - 2014 (em %)**



Fonte: IBGE. Pnad  
 Elaboração: DIEESE

## TRABALHO, EDUCAÇÃO E ASPECTOS FAMILIARES DA POPULAÇÃO JOVEM

Em 2014, 24,0% dos jovens de 14 a 29 anos apenas estudavam, 47,1% somente trabalhavam, 15,7% conciliavam estudo e trabalho e 13,1% não trabalhavam e nem estudavam.

Estes percentuais variam conforme a faixa etária. Entre os jovens de 14 a 17 anos, 87,4% apenas estudavam ou conciliavam os estudos com o trabalho, enquanto 5,9% se dedicavam exclusivamente ao trabalho. Entre aqueles com idade entre 18 e 24 anos, 30,0% dos jovens estudavam ou estudavam e trabalhavam, percentual que correspondia a 10,9% entre jovens de 25 a 29 anos.

Além da idade, o sexo se constitui como fator de diferenciação entre os jovens no quesito uso do tempo. A proporção de mulheres que apenas estudam é relativamente maior que a proporção equivalente dos homens (25,8% contra 22,3% dos homens), ao passo que a proporção de homens que apenas trabalham supera a de mulheres (54,1% contra 40,1% para pessoas do sexo feminino). A proporção dos jovens que não estudam nem trabalham é superior entre as mulheres, o que pode

denotar que as pessoas do sexo feminino podem enfrentar maiores dificuldades para realizar a transição para o mercado de trabalho: cerca de 20% das mulheres jovens nem estudavam ou trabalhavam e de cada 10 jovens nessa condição, sete eram mulheres (Tabela 6).

**TABELA 6**  
Distribuição da população de 14 a 29 anos segundo sexo,  
por situação de trabalho e estudo  
Brasil - 2014 (em %)

Situação de trabalho e estudo	Mulheres				Homens				Totais			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Somente estuda	71,0	14,4	2,9	25,8	63,4	10,2	1,6	22,3	67,1	12,3	2,2	24,0
Somente trabalha <sup>(1)</sup>	4,2	45,5	63,5	40,1	7,6	63,0	84,4	54,1	5,9	54,3	73,7	47,1
Estuda e trabalha <sup>(1)</sup>	16,5	17,4	8,8	14,5	24,0	18,1	8,6	16,9	20,3	17,7	8,7	15,7
Não trabalha <sup>(2)</sup> nem estuda	8,3	22,8	24,7	19,6	5,0	8,7	5,4	6,7	6,6	15,7	15,3	13,1
- Apenas realiza afazeres domésticos <sup>(3)</sup>	6,9	20,5	23,1	17,7	1,8	3,4	2,0	2,6	4,3	12,0	12,8	10,1
- Outra <sup>(4)</sup>	1,4	2,3	1,6	1,8	3,2	5,3	3,4	4,2	2,3	3,8	2,5	3,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total (em mil pessoas)</b>	<b>6.899</b>	<b>11.329</b>	<b>8.021</b>	<b>26.250</b>	<b>7.224</b>	<b>11.353</b>	<b>7.712</b>	<b>26.288</b>	<b>14.123</b>	<b>22.682</b>	<b>15.733</b>	<b>52.538</b>

Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui jovens que trabalham e/ou procuram trabalho

(2) Inclui jovens que não trabalham e não procuram

(3) Inclui o cuidado de filhos ou menores moradores

(4) Outras situações (não trabalha, não procura, não estuda e não realiza afazeres domésticos etc.)

Os afazeres domésticos, tarefas que frequentemente são realizadas pelas mulheres, ocorrem em conjunto com as atividades escolares e de trabalho. Em 2014, 84,3% das mulheres jovens realizavam afazeres e dedicavam, em média, 20 horas semanais no exercício dessa atividade. Em termos comparativos, o percentual de homens jovens que realizavam estas tarefas era de 46,0% e o tempo médio semanal dedicado a elas era de 9,4 horas. A condição de ocupação não afetou a proporção de jovens, homens e mulheres, que exercem afazeres, mas o número de horas semanais dedicadas a essa atividade pelas mulheres jovens ocupadas foi, em média, menor em cerca de três horas. Por fim, tanto a proporção de homens e mulheres jovens que exercem afazeres domésticos quanto o número de horas dedicadas na semana aumentam conforme se avança nas faixas etárias, exceto com relação à proporção dos homens de 18 a 24 anos de idade (Tabela 7).

**TABELA 7**  
**Proporção de jovens de 14 a 29 anos que realiza afazeres domésticos<sup>(1)</sup> e média de horas dedicadas semanalmente, por sexo**  
**Brasil - 2014**

Faixa etária	Proporção que realiza afazeres domésticos (em %)		Média de horas dedicadas aos afazeres por quem realiza (em horas)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
<b>Total</b>				
14 a 17 anos	80,9	46,5	15,1	8,8
18 a 24 anos	83,1	43,2	20,0	9,4
25 a 29 anos	88,8	49,5	24,0	9,9
<b>Total</b>	<b>84,3</b>	<b>46,0</b>	<b>20,0</b>	<b>9,4</b>
<b>Ocupados</b>				
14 a 17 anos	82,2	44,8	14,0	7,8
18 a 24 anos	80,1	42,8	16,2	9,0
25 a 29 anos	86,7	50,3	19,4	9,6
<b>Total</b>	<b>83,1</b>	<b>46,0</b>	<b>17,5</b>	<b>9,1</b>

Fonte: IBGE. Pnad  
 Elaboração: DIEESE

Nota; (1) Inclui o cuidado de filhos ou menores moradores

Uma parte considerável do tempo diário dos jovens ocupados é consumida no deslocamento até o local de trabalho. O intervalo de tempo gasto com o deslocamento para o trabalho é maior entre os jovens que residem nas regiões metropolitanas. Enquanto a maioria dos jovens que vivem em regiões não metropolitanas gastou até 30 minutos para ir até o local de trabalho (62,2%), cerca de 70% dos jovens residentes nas regiões metropolitanas gastou até uma hora nesse trajeto. Esse resultado pode estar associado às condições de mobilidade urbana em ambas as localidades (Tabela 8).



**TABELA 8**  
**Distribuição dos ocupados de 14 a 29 anos, por tempo de deslocamento de casa para o local de trabalho, segundo localização e área do domicílio**  
**Brasil - 2014 (em %)**

Tempo de deslocamento	Não metropolitana				Metropolitana			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Não se aplica <sup>(2)</sup>	32,5	17,1	19,5	19,8	16,8	10,8	11,4	11,4
Até 30 minutos	57,6	63,7	61,7	62,2	48,4	38,9	38,0	39,1
Mais de 30 minutos a 1 hora	7,9	15,1	14,7	14,1	22,4	31,1	31,4	30,7
Mais de 1 hora a 2 horas	1,8	3,5	3,3	3,2	10,9	15,8	16,0	15,6
Mais de 2 horas	(1)	0,6	0,9	0,7	1,4	3,4	3,2	3,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total (em mil pessoas)</b>	<b>2.215</b>	<b>9.681</b>	<b>8.081</b>	<b>19.977</b>	<b>563</b>	<b>4.160</b>	<b>3.814</b>	<b>8.536</b>

Fonte: IBGE. Pnad  
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

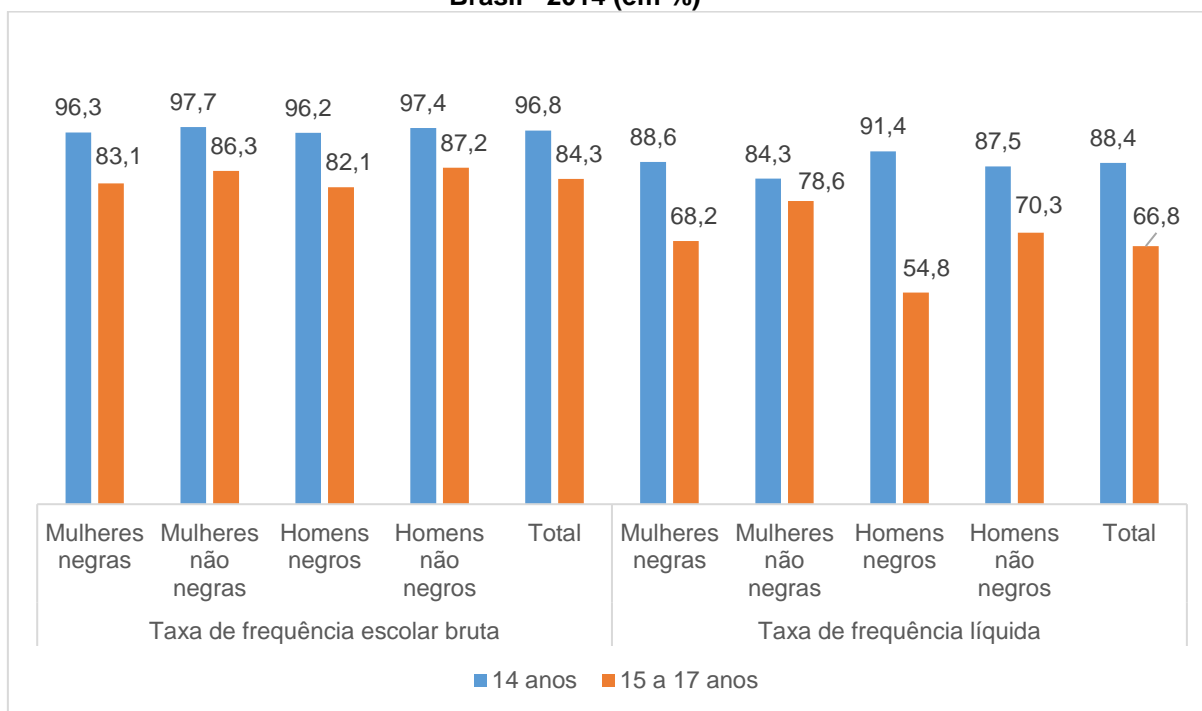
(2) Pessoas que moravam em domicílio situado no terreno ou na área do estabelecimento em que trabalhavam ou exerciam seu trabalho no domicílio em que moravam

Além dos valores culturais, dos recursos familiares e do marco legal, o desempenho escolar pode precipitar a transição escola-trabalho. Nesse sentido, um número elevado de reprovações ou uma grande defasagem idade-série escolar pode abreviar a formação e motivar a procura por trabalho. A taxa de frequência escolar bruta<sup>3</sup> e líquida<sup>4</sup> permite tanto acompanhar o percentual de jovens que frequentam a escola quanto o percentual daqueles que frequentam a escola em etapa de ensino adequada. Em termos gerais, os jovens de 14 anos manifestaram maiores frequências bruta e líquida que os jovens de 15 a 17 anos. Esse resultado sugere que os jovens de 15 a 17 anos têm desempenho escolar inferior aos de 14 anos e podem ser mais propensos a abandonarem os estudos. Os resultados mostram que mulheres não negras frequentam mais a escola e apresentam melhor desempenho quando comparadas aos homens negros, exceto entre os jovens de 14 anos onde o desempenho dos negros supera o dos não negros (Gráfico 5).

<sup>3</sup> Corresponde ao percentual de pessoas em determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

<sup>4</sup> Equivale ao percentual de pessoas em determinada faixa etária que frequenta escola na série adequada, conforme adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária e que frequenta escola.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de frequência escolar bruta e taxa de frequência líquida por sexo, segundo cor/raça**  
**Brasil - 2014 (em %)**



Fonte: IBGE. Pnad  
 Elaboração: DIEESE

Para as mulheres jovens e mães, a necessidade de cuidar de seus filhos nos primeiros anos pode tanto motivar o abandono escolar, quanto dificultar o exercício do trabalho. Considerando todas as faixas etárias juntas, ou seja, as mulheres com idade entre 14 a 29 anos, o nível de ocupação entre as jovens que são mães é maior do que o nível de ocupação do total das mulheres, o que pode sugerir que a condição de mãe colabora com a entrada da jovem no mercado de trabalho. No entanto, o resultado muda quando se exclui as jovens entre 14 e 17 anos. O nível de ocupação das jovens mães entre 18 e 29 anos foi inferior ao do total das mulheres jovens ocupadas com a mesma idade em cerca de 8 p.p. – tanto em 2009 quanto em 2014. Essa distorção ocorre porque a proporção de mães na faixa de 14 a 17 anos, é menor do que nas demais faixas etárias (Tabela 9)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> A participação das jovens entre 14 e 17 anos no total de mães foi inferior a 2% nos dois anos analisados.

**TABELA 9**  
**Nível de ocupação<sup>(1)</sup> das mulheres jovens de 14 a 29 anos, total e com filhos**  
**Brasil - 2009 e 2014 (em %)**

Faixa etária	Nível de ocupação total das mulheres		Nível de ocupação das jovens mães	
	2009	2014	2009	2014
14 a 17 anos	17,0	14,2	18,8	16,0
18 a 24 anos	51,3	50,8	43,2	42,5
25 a 29 anos	63,6	64,0	55,7	55,1
<b>Total</b>	<b>46,3</b>	<b>45,2</b>	<b>50,6</b>	<b>49,9</b>

Fonte: IBGE. Pnad

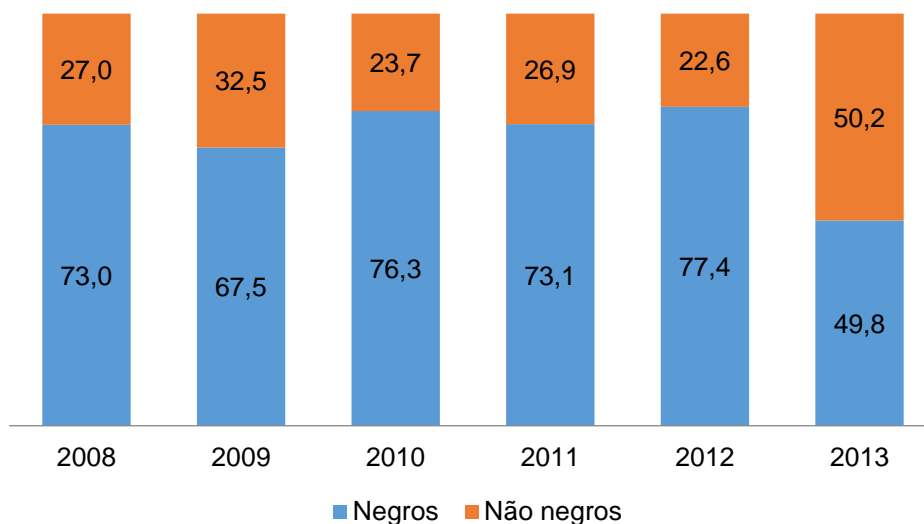
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA OS JOVENS

O ProJovem trabalhador é um programa voltado para a inserção de jovens entre 18 e 29 anos no mercado de trabalho. Entre 2008 e 2013, participaram do programa 324.598 pessoas. Foram atendidos os segmentos mais pobres da população: apenas jovens com renda familiar per capita de até um salário mínimo. É notável a preponderância de negros entre os participantes, conforme mostra o Gráfico 6. Apenas em 2013 as proporções entre negros e não negros se equilibram. Porém, nesse ano, o programa contou com apenas 1.398 participantes, número bem inferior aos demais anos (Tabela 10).

**GRÁFICO 6**  
**Distribuição dos jovens de 18 a 29 anos participantes**  
**do ProJovem Trabalhador por cor/raça**  
**Brasil - 2008 - 2013 (em %)**



Fonte: MTb. DPTEJ

Elaboração: DIEESE

Obs.: Negros = pretos e pardos; Não negros = brancos, amarelos e indígenas

**TABELA 10**  
**Número de jovens de 18 a 29 anos participantes do ProJovem Trabalhador por sexo**  
**Brasil - 2008 - 2013 (em n<sup>os</sup> absolutos)**

Sexo e faixa etária	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Mulheres</b>						
18 a 24 anos	6.129	21.196	5.777	47.515	1.107	607
25 a 29 anos	49.776	51.320	6.564	38.280	775	332
<b>Total</b>	<b>55.905</b>	<b>72.516</b>	<b>12.341</b>	<b>85.795</b>	<b>1.882</b>	<b>939</b>
<b>Homens</b>						
18 a 24 anos	3.721	10.492	2.777	19.842	592	311
25 a 29 anos	24.082	19.509	2.272	11.217	257	148
<b>Total</b>	<b>27.803</b>	<b>30.001</b>	<b>5.049</b>	<b>31.059</b>	<b>849</b>	<b>459</b>
<b>Total</b>						
18 a 24 anos	9.850	31.688	8.554	67.357	1.699	918
25 a 29 anos	73.858	70.829	8.836	49.497	1.032	480
<b>Total</b>	<b>83.708</b>	<b>102.517</b>	<b>17.390</b>	<b>116.854</b>	<b>2.731</b>	<b>1.398</b>

Fonte: MTb. DPTEJ

Elaboração: DIEESE

Devido ao requisito de idade, era esperado que os jovens atendidos pelo programa tivessem concluído a educação básica (fundamental ou médio) ou, pelo menos, estar matriculado no último ano do ensino médio. Ademais, 63,0% dos participantes tinham 25 anos ou mais. Entretanto, apenas metade dos participantes tinha concluído o ensino médio, e cerca de um quinto deles nunca chegaram a frequentá-lo (Tabela 11).

**TABELA 11**  
**Distribuição dos jovens de 18 a 29 anos participantes**  
**do ProJovem Trabalhador por escolaridade**  
**Brasil - 2008 - 2013 (em %)**

Sexo e faixa etária	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Fundamental Incompleto <sup>(1)</sup>	6,9	6,1	6,5	6,4	9,1	8,4
Fundamental Completo <sup>(2)</sup>	13,2	18,1	21,7	14,7	13,3	12,4
Médio Incompleto <sup>(3)</sup>	29,1	19,8	26,4	19,6	21,2	24,0
Médio Completo <sup>(4)</sup>	50,7	56,1	45,5	59,4	56,5	55,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTb. DPTEJ

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui alfabetização de adultos e supletivo

(2) Inclui supletivo

(3) Inclui supletivo e médio técnico incompleto

(4) Inclui supletivo, médio técnico completo, pré-vestibular, superior incompleto e superior completo

Outro programa focado nos jovens trabalhadores é a Aprendizagem. Esse programa é direcionado a jovens entre 14 e 24 anos (e pessoas com deficiência, sem limite de idade) matriculados em um dos cursos de aprendizagem de instituições qualificadas. O número de aprendizes cresceu aproximadamente de 155 mil, em 2009, para 360 mil, em 2014 (Tabela 12). Cerca de dois terços dos aprendizes tinham entre 14 e 17 anos<sup>6</sup>.

Os aprendizes estão concentrados em três setores: Serviços, Comércio e Indústria de Transformação. Os três setores juntos contavam com 92,2% de todos os aprendizes, em 2014. Quase metade estava apenas no setor de Serviços (45,6%) (Tabela 13).

<sup>6</sup> É interessante notar que, nesse mesmo ano, a jornada média de aprendizes foi de 24,4 horas semanais, ficando, portanto, bem abaixo da média de horas das jornadas dos vínculos formais entre todos jovens, que foi de 41,6 horas.

**TABELA 13**  
**Distribuição dos aprendizes<sup>(1)</sup> de 14 a 29 anos, por setor de atividade econômica**  
**Brasil - 2009 e 2014 (em %)**

Setor de atividade econômica	2009				2014			
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Extrativa mineral	0,4	1,0	1,6	0,6	0,4	1,3	0,4	0,7
Indústria de transformação	16,8	26,1	75,4	19,9	17,6	27,5	47,2	21,4
Serviços industriais de utilidade pública	1,5	1,9	0,0	1,7	0,9	1,3	0,6	1,0
Construção civil	2,8	5,5	2,5	3,7	3,6	7,5	8,6	5,1
Comércio	21,2	18,6	10,7	20,3	30,5	16,8	16,2	25,2
Serviços	56,2	46,3	9,8	52,8	46,0	44,8	25,6	45,6
Administração Pública	0,7	0,3	0,0	0,5	0,4	0,1	0,0	0,3
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	0,4	0,3	0,0	0,4	0,5	0,7	1,5	0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total (em n<sup>os</sup> abs.)</b>	<b>102.843</b>	<b>52.006</b>	<b>122</b>	<b>154.971</b>	<b>221.875</b>	<b>137.817</b>	<b>536</b>	<b>360.228</b>

Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota (1) Refere-se aos vínculos formais ativos em 31/12 de cada ano

O número de jovens encaminhados pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) cresceu no período 2009-2014. Em 2014, foram mais de 3 milhões de jovens entre 14 e 29 anos, o que representou um acréscimo de 30,8% em relação a 2009. A quantidade de colocados, no entanto, não cresceu na mesma magnitude. Assim, a razão entre colocados e encaminhados pelo Sine caiu quase 3 p.p. e passou de 14,7% para 12,0% (Tabela 14).

**TABELA 14**  
**Número de jovens de 14 a 29 anos encaminhados e colocados por meio do Sine**  
**Brasil - 2009 - 2014 (em n<sup>os</sup> absolutos)**

Período	Inscritos	Encaminhados	Colocados
2009	1.840.497	2.369.250	348.989
2010	2.083.729	2.962.043	412.381
2011	3.171.267	3.049.632	380.364
2012	4.240.717	3.328.677	425.695
2013	3.896.101	3.667.435	469.684
2014	3.304.684	3.099.971	371.313

Fonte: MTb. Intermediação de Mão de Obra

Elaboração: DIEESE

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens trabalhadores enfrentam grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Em geral, estão sujeitos a encarar situações em conflito com as prioridades elencadas na ANTDJ, especialmente os jovens oriundos de famílias de baixa renda. Quando ocupados, acessam postos de trabalho com rotatividade mais elevada, que dificultam a conciliação com os estudos e muitas vezes precisam realizar afazeres domésticos, atividade frequentemente atribuída às mulheres.

Embora não se tenha alcançado plenamente as prioridades elencadas, o período 2009-2014 registrou avanços. A participação dos empregos com carteira cresceu, o tempo dedicado aos estudos aumentou e a diferença entre as remunerações de homens e mulheres jovens diminuiu. É certo que as políticas públicas de emprego, trabalho e renda contribuíram para esse cenário. Por outro lado, o enfraquecimento de políticas destinadas exclusivamente ao público jovem, caso do ProJovem Trabalhador, e a ausência de ações articuladas que favoreçam a melhor transição trabalho-escola reduzem a capacidade de se alcançar os objetivos destacados na ANTDJ.

As ações governamentais destinadas à Juventude devem seguir as prioridades elencadas na ANTDJ, reconhecendo as especificidades relacionadas às faixas etárias. Para tanto, as políticas devem priorizar a garantia da educação para o jovem, de forma a possibilitar uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, assim como o acesso à formação superior; fortalecer programas para contratação de jovens nos moldes do Programa Primeiro Emprego, no âmbito da intermediação de mão de obra; adotar critérios mais flexíveis para que jovens de 18 a 29 anos possam acessar o seguro-desemprego e incentivar a qualificação entre os beneficiários para essa faixa etária; fortalecer programas de educação de jovens e adultos, com vistas a elevar a proporção de jovens com ensino médio completo; e ampliar a oferta de vagas em creches para as mães jovens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BRASIL. **Lei nº. 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm)>. Acesso em 22 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude. Brasília, DF, 2011**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/ANTDJ.pdf>>.

CACCIAMALI, M. BRAGA, T. **Política e ações para o combate ao trabalho infantil no Brasil**. In: CACCIAMALI, M. CHAHAD, J. (Orgs.). Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: LTr, 2003.

CORROCHANO, M. C. et al. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Instituto IBI, 2008.

COSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo: DIEESE, 2015.

DIEESE. Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano. **Estudos e pesquisas**, nº 11. São Paulo: DIEESE, 2005.

\_\_\_\_\_. **As mulheres e o trabalho doméstico não remunerado em regiões metropolitanas**. São Paulo: DIEESE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os desafios à ação sindical decorrentes das mudanças na população**. Nota técnica N°. 127. São Paulo: DIEESE, 2013.

KASSOUF, A. L. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens, controlando o background familiar. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002 (Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/paper.pdf>).

OLIVEIRA, E. L.; RIOS-NETO, E. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos da População**, vol.23, n.1, pp.109-127, 2006.